

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO C-299 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

Prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional, Direito Civil (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e Direito Comercial.

2ª ETAPA

INSTRUÇÕES

1. Esta prova constará de 100 questões e será realizada em duas etapas, de 50 questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que acertar, pelo menos, 50 questões.
4. Preencha a parte lateral da folha de respostas com os dados solicitados.
5. Use somente caneta de tinta azul ou preta.
6. Não use caneta com tinta que atravesse ou borre o papel.
7. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
8. Não rasgue nem rasure a folha de respostas.
9. A duração de cada etapa da prova é de 4 (quatro) horas.
10. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais.
11. O candidato que tornar identificável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.

21/3/2000

BOA SORTE

Prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional, Direito Civil (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e Direito Comercial.

Dia 21/3/2000 - Segunda etapa

QUESTÕES

DIREITO DO TRABALHO

51. Assinale a alternativa correta:

- I- A obrigação de prestar trabalho, embora determinada qualitativa e quantitativamente, comporta, sempre, uma certa indeterminação do conteúdo de cada prestação singular: cabe ao empregador, no exercício de seu legítimo poder de direção, dizer ao empregado: faça isto, não faça aquilo, faça desta ou daquela maneira. Tal atitude constitui alteração inválida do pacto laboral, submetido que é ao princípio da *pacta sunt servanda*.
 - II- Modificada a base legal, em que se apoiava o contrato de trabalho, esta modificação alcançará somente os contratos que vierem a ser celebrados, mantendo-se íntegras as condições daqueles ajustes pactuados anteriormente.
 - III- O *jus variandi* não constitui, a rigor, exceção ao princípio da força obrigatória do contrato de trabalho, mas simples adaptação do mesmo princípio a realidade deste.
 - IV- A movimentação do empregado para diversos setores do estabelecimento; a imposição de medidas de ordem disciplinar, de segurança ou de fixação de novas rotinas de trabalho constituem alterações das condições contratuais, cuja validade depende de não acarretar prejuízo ao empregado e do consentimento deste.
 - V- A idéia de inamovibilidade do empregado em relação ao local de trabalho resultante do contrato é de tal modo arraigada que, mesmo para aqueles que exerçam cargo de confiança ou que tragam, nas linhas de ajuste, a condição implícita ou explícita de transferência (bancários etc.), mister se faz a comprovação da necessidade de serviço para que possa o empregador acionar o seu poder de direção e comando.
- a) Apenas as alternativas I, II e IV estão erradas
 - b) Todas as alternativas estão erradas.
 - c) Somente a alternativa V é falsa.
 - d) Apenas a alternativa V está correta.
 - e) A alternativa III está errada.

52. Assinale a alternativa correta:

- I I- Dado o caráter imperativo com que se revestem as normas do Direito do Trabalho, as causas desuspensão e de interrupção devem estar sempre consagradas em lei, não sendo possível sua fixação em convenções e acordos coletivos de trabalho.

- II- A suspensão temporária do contrato de trabalho constitui singularidade do Direito brasileiro, inexistindo medida similar em qualquer ordenamento jurídico estrangeiro.
- III- O empregador pode suspender, sem limite do número de vezes, o contrato de trabalho a fim de propiciar a participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante prévio acordo entre os interessados.
- IV- Ao empregado afastado do emprego são asseguradas, por ocasião de seu retorno, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.
- V- As causas suspensivas do contrato de trabalho têm por fundamento, de um modo geral, razões de índole biológica, físico-econômicas, político-administrativas, político-sociais e jurídico-penais.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
b) Apenas a alternativa I está correta.
c) A alternativa III está correta.
d) Estão corretas apenas as alternativas IV e V
e) A alternativa II é a única certa.

53. Marque a alternativa certa:

- I- A suspensão do empregado estável para responder a inquérito na Justiça do Trabalho, tendente a apurar a prática de falta grave, também chamada suspensão disciplinar, pode se transformar em interrupção da prestação de serviços, com o conseqüente recebimento dos respectivos salários, se negada a autorização para despedir o empregado, por considerar improcedente a acusação.
- II- Para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual se afastou em virtude de exigências do serviço militar ou de encargo público, é indispensável que notifique o empregador dessa intenção, por telegrama ou carta registrada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se verificar a respectiva baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado.
- III- A extinção do contrato de trabalho, tomada a palavra no sentido que lhe concede Orlando Gomes de morte natural do contrato, só se dá se sua duração for predeterminada pelas partes, mediante a aposição de um termo ou de uma condição.
- IV - Há no sistema brasileiro, hipótese de contratos de trabalho que só se resolvem de pleno direito, sendo necessário o pronunciamento judicial. Portanto, a faculdade de resolução há de ser exercida mediante ação judicial.
- V- A assistência do sindicato ou do Ministério do Trabalho é necessária para conferir validade aos pedidos de demissão de empregado com mais de um ano de serviço, quando o empregador for a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e autarquias que não explorem atividade econômica.
- a) Estão Corretas as alternativas II, III e V.
b) Somente a alternativa I está correta.
c) A única alternativa errada é a IV.
d) A alternativa V é correta.
e) Apenas as alternativas.!!, III e IV estão corretas.

54. Com relação ao aviso prévio, é correto afirmar que:

- I- apesar de introduzido nas relações corporativas, na Idade Média, pelo menos a partir do século XIII, foi abolido com a propagação das idéias da Revolução Francesa.
- II- somente surgiu em nosso país com a sistematização dos preceitos tutelares do trabalho e sempre constituiu obrigação imposta a ambas as partes do pacto laboral.
- III- é a expressão material da denúncia, que apresenta caráter constitutivo e receptício, isto é, depende da aceitação da parte a quem é dirigido.
- IV- o reajustamento salarial coletivo determinado no curso de aviso prévio beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período de aviso, que integra o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- V- é válida sua concessão na fluência da garantia do emprego, ante a compatibilidade dos dois institutos.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Estão incorretas as alternativas II, III e V.
- c) São verdadeiras as alternativas II e IV.
- d) Somente a alternativa V está certa.
- e) Apenas a alternativa I está correta.

55. Assinale a alternativa escoreta:

- I- No Brasil são enérgicos os limites impostos ao exercício do direito do empregador denunciar unilateralmente o contrato de trabalho, sendo, inclusive, este assunto alvo de previsão constitucional.
- II. O termo e a condição são elementos incompatíveis com a despedida.
- III- A rescisão por justa causa constitui mais o exercício de um poder, o poder disciplinar do empregador, do que mesmo o de um direito espontâneo, tal como se manifesta a rescisão sem justa causa.
- IV- A incontinência de conduta e o mau procedimento distinguem-se pela extensão física do ambiente em que a falta é praticada, e assemelham-se por se tratar de faltas inerentes ao modo de ser da pessoa, suas relações para com terceiros, a conduta, enfim, do indivíduo. A incontinência de conduta é a forma de uma conduta anômala do empregado em face da comunidade em geral, ao passo que o mau procedimento seria essa mesma conduta no âmbito e em face do grupo social da empresa.
- V - A negociação habitual caracteriza-se pela violação do dever de fidelidade do empregado e equipara-se ao crime de concorrência desleal, por consistir em violação de um dever contratual.

- a) Apenas a alternativa I é falsa.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Somente a alternativa V está incorreta.
- d) A alternativa II está correta.
- e) As alternativas III e IV são as únicas corretas.

56. Assinale a alternativa correta:

- a) A sentença que decide que o fato não constitui crime impede o reconhecimento da justa causa pelo juízo trabalhista, apoiada no mesmo fato.
- b) A absolvição do empregado no crime não impedirá que o mesmo fato seja considerado pelo juiz do trabalho falta grave capaz de justificar a resolução do contrato.
- c) Os atos faltosos praticados pelo empregado durante o período de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho sujeitam-se a essa condição suspensiva não provocando a imediata resolução do pacto.
- d) O ato lesivo da honra e boa-fama de pessoa estranha ao contrato de trabalho traduz desrespeito à obrigação específica dele decorrente. Por isso, somente se verifica quando existe crime.
- e) A falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis pelo bancário, por constituir conduta irregular do empregado fora do local da prestação de serviços, não repercute sobre o contrato de trabalho.

57. Marque a alternativa certa:

- I- A estabilidade surgiu, no Brasil, como uma necessidade técnico-atuarial, uma vez que, originariamente, esteve sempre associada às leis que regulavam as caixas de pensões e, mais tarde, os institutos de previdência. O legislador pretendia, então, proteger não diretamente o empregado, mas as instituições de seguro social recém-criadas.
 - II- A reintegração do empregado, quando cumprida a sentença, por forma compulsória ou espontânea, é consequência da nulidade do ato rescisório, que, por si mesmo, não tem força para romper a relação jurídica de trabalho. A declaração judicial de nulidade produz, portanto, efeito retroativo, *ex tunc*, abrangendo toda a situação passada e restabelecendo o *statu quo ante* violado.
 - III- O empregador que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre a readmissão ou reintegração de empregado, além do pagamento dos salários deste incorrerá na multa de 3/5 (três quintos) a 3 (três) salários mínimos por dia, até que seja cumprida a decisão. São as denominadas *astreintes*.
 - IV- O suplente da comissão interna de prevenção de acidentes não goza de garantia de emprego prevista no art. 10, inciso II, alínea a, do ADCT da Constituição da República de 1988, *verbis*: "fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato".
 - V - A quitação passada pelo empregado, com assistência de entidade sindical de sua categoria, ao empregador, com observância dos requisitos exigidos nos parágrafos do art. 477, da Consolidação das Leis do Trabalho, tem, em qualquer caso, eficácia liberatória em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo.
- a) Apenas a alternativa I é falsa.
 - b) Todas as alternativas estão corretas
 - c) Somente a alternativa V está incorreta.
 - d) Somente a alternativa III está correta.
 - e) As alternativas IV e V estão incorretas.

58. Marque a alternativa correta:

afirmar que:

Com referência ao Fundo de Garantia do Tempo, é correto

- I- as parcelas de natureza indenizatória., tais como, ajuda de custo e férias indenizadas, integram a base de cálculo do percentual de 8%, que o empregador deve recolher à conta vinculada do empregado relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- II- os depósitos a ele destinados constituem um crédito, uma poupança forçada do trabalhador, a fim de acudi-lo na situação de desemprego ou de inatividade, assim como garantir um patrimônio para si, ou seus herdeiros, quando a morte sobrevier. Daí a impossibilidade do levantamento dos depósitos pelo empregado na vigência do contrato, salvo para aquisição de casa própria, observados vários condicionamentos.
- III- um dos objetivos de sua instituição foi o de eliminar a estabilidade decenal e os depósitos para ele destinados têm natureza tributária, mais precisamente, um tributo paralelo ao arrecadado pelo Estado como receita orçamentária, em face de seus fins sociais, tendo como fato gerador o pagamento do salário do empregado.
- IV- de acordo com entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, a Justiça do Trabalho só tem competência para autorizar o levantamento do depósito do FGTS na ocorrência de dissídio entre empregado e empregador e após o trânsito em julgado da sentença.
- V- que o pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito à contribuição para o FGTS.

- a) Todas as alternativas estão certas.
- b) A alternativa V é falsa.
- c) A alternativa IV é a única acertada.
- d) As alternativas I, II e III estão erradas.
- e) As alternativa II e V estão corretas.

59. Assinale a opção correta:

- I- Dentre as teorias mistas sobre a natureza jurídica da convenção coletiva, encontra-se a do mandato, de acordo com a qual o ajuste em questão seria celebrado pelos empregados e empregadores que se acham vinculados nominalmente aos sindicatos celebrantes, figurando estes, então, como verdadeiros mandatários.
- II- Os contratos coletivos são pactos intersindicais com abrangência mais restrita do que a das convenções coletivas.
- III- As principais teorias juridico-contratuais existentes sobre a natureza jurídica da convenção coletiva são a teoria da instituição-corporativa e a da lei-delegada.
- IV- A convenção coletiva possui uma parte normativa e outra obrigacional. A primeira, constituída por normas trabalhistas objetivas autônomas para os contratos individuais de trabalho que são verdadeiras normas jurídicas inderrogáveis. A parte obrigacional contém as obrigações mútuas que os sujeitos do contrato assumem.
- V- Na convenção coletiva a forma é requisito essencial à sua validade, operando *ad substantiam actus* e não meramente *ad probationem*.

- a) Apenas a alternativa IV é falsa.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Somente a alternativa V está incorreta.
- d) Somente a alternativa III está correta.
- e) As alternativas I e II estão incorretas.

60. Assinale a alternativa correta:

- I- De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o art. 522 da CLT, que estabelece o número de dirigentes sindicais, se harmoniza com o disposto no art. 8º, I, da Constituição Federal, que dispõe não poder a lei exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - II- A autonomia sindical relaciona-se à liberdade de organização interna e de funcionamento da associação sindical, bem como à faculdade de constituir federações e confederações ou de filiar-se às já existentes, visando sempre aos fins que fundamentam sua instituição.
 - III- A via arbitral é acentuadamente facultativa. Requer mútuo consentimento das partes, não apenas para a sua efetivação, mas, de igual modo, para a escolha do árbitro e dos procedimentos que a regerão. Todavia, o desfecho da arbitragem, consubstanciado em um laudo, é de cumprimento forçoso.
 - IV- A arbitragem pode ser pactuada por meio de cláusula compromissória ou de compromisso arbitral. Este é o assentimento prévio quanto a eventual controvérsia futura emergente do mesmo pacto ser solucionada mediante submissão à arbitragem, enquanto a cláusula compromissória é a avença posterior ao surgimento da discórdia a respeito de qualquer relação jurídica entre as partes.
 - V- A validade do laudo exarado em decorrência de cláusula compromissória subordina-se a homologação por sentença normativa da Justiça do Trabalho.
- a) Somente as alternativas IV e V estão erradas.
 - b) Apenas a alternativa V é falsa.
 - c) Somente as alternativas I e II estão certas.
 - d) A alternativa III é a única certa.
 - e) As alternativas I e IV estão Corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. Marque a opção incorreta:

- a) Recurso, em sentido estrito, é o poder ou direito de provocar o reexame de uma decisão, no mesmo processo, pela mesma autoridade judiciária, ou por outra hierarquicamente superior, visando a obter sua reformulação ou modificação.
- b) Para que a pretensão recursal possa ser exercida, há necessidade de que a parte tenha ficado vencida, total ou parcialmente, caso contrário o recurso será de negado por falta de interesse para recorrer.
- c) O terceiro prejudicado poderá também recorrer, devendo, porém, demonstrar que existe nexos de interdependência entre seu interesse e a relação jurídica sob exame.

- d) As decisões recorríveis são as sentenças, os acórdãos, as decisões interlocutórias e os despachos de mero expediente, contando-se o prazo recursal da data da leitura da sentença em audiência, da intimação às partes, quando a sentença não for proferida em audiência, e da publicação da súmula do acórdão no órgão oficial.
- e) Ocorrendo falecimento da parte ou de seu advogado, ou motivo de força maior, que suspenda o curso do processo, durante o prazo para interposição de recurso, este será restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.

62. Assinale a alternativa correta:

- a) A apelação devolve ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, porém, serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal, todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro, bem como as questões posteriores à sentença, ainda não decididas.
- b) O agravo é o recurso cabível das decisões interlocutórias, podendo ser retido nos autos ou por instrumento, havendo, em ambos os casos, necessidade de preparo.
- c) Cabem embargos infringentes quando não for unânime a decisão proferida em apelação e em ação rescisória, devendo ser restrito à matéria objeto da divergência, cabendo a apreciação da admissibilidade do recurso ao relator originário e a apreciação do mérito recursal a novo relator sorteado.
- d) Os embargos de declaração devem ser opostos no prazo de cinco dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com o devido preparo, interrompendo sempre o prazo para interposição de outros recursos.
- e) Os recursos ordinários serão julgados pelo Superior Tribunal de Justiça, quando a decisão denegatória de mandado de segurança, decidido em única instância, for proferida por Tribunais Superiores, por Tribunais Regionais Federais ou por Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

63. Assinale a alternativa não correta:

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: contrariar dispositivo da Constituição Federal, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal e julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.
- b) O recurso extraordinário e o recurso especial serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do Tribunal recorrido, em petições distintas.
- c) O recurso extraordinário e o recurso especial serão recebidos no efeito devolutivo, não impedindo a execução da sentença, sendo, porém, provisória essa execução.
- d) Não admitido o recurso extraordinário ou o especial, caberá agravo de instrumento no prazo de 05 (cinco) dias para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

- e) O recurso extraordinário ou o recurso especial, quando interpostos de decisão interlocutória, ficarão retidos nos autos e somente serão processados se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contrarrazões.

64. Marque a opção correta:

- a) A prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda é pressuposto da ação rescisória, cabendo ao autor trazer a mesma com a inicial, ou no prazo de dez dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.
- b) Somente a sentença de mérito pode ser rescindida, o que significa dizer que as decisões proferidas em embargos à execução não podem ser rescindidas.
- c) Também não podem ser objeto de ação rescisória: sentença que extingue o processo por carência do direito de ação; decisão que extingue o processo por acolher arguição de prescrição; acórdão que não conhece do recurso por deserção; acórdão que anula o processo; atos judiciais que não dependem de sentença.
- d) Segundo a jurisprudência, só se admite ação rescisória quando esgotados todos os meios recursais, visto que a ação rescisória não pode ser substitutiva de recurso.
- e) Possuem legitimidade para propor ação rescisória: quem foi parte no processo ou seu sucessor a título universal ou singular, o terceiro juridicamente interessado e, em qualquer caso, o Ministério Público.

65. Diante das assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I- o mandado de segurança visa proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus*, sempre que alguém sofrer violação, ou houver justo receio de sofrer, por parte de autoridade administrativa ou judiciária, entendendo-se por direito líquido e certo aquele facilmente apreensível ao julgador, e que não admite discussões acerca de sua existência.
- II- Não cabe mandado de segurança contra despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correição, entendendo-se também que o mandado de segurança não se presta para substituir remédio processual específico.
- III- A decisão denegatória em mandado de segurança forma coisa julgada, impedindo que o requerente pleiteie seu direito por ação própria e os respectivos efeitos patrimoniais, em qualquer caso.
- IV- O juiz, ao despachar a inicial, deverá determinar que se suspenda o ato que deu origem ao pedido de segurança, quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida.
- V - Quando não for caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos estabelecidos em lei, a inicial deve ser desde logo indeferida, não cabendo qualquer recurso dessa decisão.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I e III estão corretas.
- c) As assertivas II e V estão corretas.
- d) As assertivas III e V estão incorretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

66. De acordo com as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

- I- Além das medidas cautelares previstas no Código de Processo Civil, outras podem ser determinadas pelo juiz, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.
- II - As medidas cautelares dependem do processo principal, podendo ser instauradas antes ou no curso da ação principal, como forma de garantir a eficácia da prestação jurisdicional.
- III- É permitido ao juiz, quando verificar que, sendo citado, o réu poderá tomar ineficaz a medida cautelar, conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida requerida, o que não obsta a instrução e julgamento da cautelar, cuja decisão pode inclusive ser contrária.
- IV- Cessada a eficácia da medida cautelar, por qualquer motivo, a parte não pode repetir o pedido, pelo mesmo fundamento.
- V- O indeferimento da medida não obsta a que a parte intente a ação principal, nem influi no julgamento desta, salvo se for acolhida a alegação de decadência e prescrição.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) As alternativas I, III e IV estão incorretas.
- c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- d) As alternativas II e V estão incorretas.
- e) As alternativas I, IV e V estão incorretas.

67. Marque a alternativa correta:

- a) O juiz julgará antecipadamente a lide, conhecendo diretamente do pedido, quando a questão de mérito for unicamente de direito, caso em que dispensará a contestação.
- b) Ocorrendo a revelia, não cabe o julgamento antecipado da lide quando, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação, ou o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- c) O juiz declarará extinto o processo, sem julgamento do mérito, quando o réu reconhecer a procedência do pedido; quando as partes transigirem; quando pronunciar a decadência ou a prescrição; quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- d) Tanto o julgamento antecipado da lide, como a extinção do processo, com julgamento do mérito, implicam na formação da coisa julgada apenas formal.
- e) Quando o processo ficar parado por mais de um ano por negligência das partes, ou quando o autor não promover os atos e diligências que lhe competir por mais de 30 dias, o juiz deverá decretar a extinção do processo, sem julgamento do mérito, independentemente da intimação das partes para suprirem a falta.

68. Considerando as afirmações abaixo, marque a alternativa correta:

I- Os títulos executivos podem ser judiciais e extra judiciais, sendo considerados títulos executivos judiciais: a sentença condenatória proferida em processo civil; a sentença penal condenatória transitada em julgado; a sentença arbitral e homologatória de transação ou de conciliação; a sentença estrangeira, ainda que não homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

II- Quando o título executivo for sentença, que contenha condenação genérica, ou uma parte líquida e outra ilíquida, proceder-se-á primeiro a liquidação da sentença, sendo porém permitido ao credor promover, ao mesmo tempo, a execução da parte líquida da mesma.

III- A sentença homologatória de transação ou de conciliação e o instrumento particular referendado pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, são títulos executivos judiciais.

IV - Na execução provisória, que ocorre quando a sentença foi impugnada por recurso recebido apenas no efeito devolutivo, o credor pode fazer o levantamento de depósito em dinheiro sem caução idônea.

V- A execução definitiva faz-se nos autos principais e a provisória em autos suplementares ou por carta de sentença, extraída do processo pelo escrivão e assinada pelo juiz, a qual deve conter: autuação, petição inicial, procuração das partes, contestação, sentença exequenda e despacho de recebimento do recurso.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) As alternativas I e II estão corretas.
- c) As alternativas I e III estão corretas.
- d) As alternativas II e IV estão corretas.
- e) As alternativas I, III e IV estão incorretas.

69. Assinale a alternativa incorreta:

- a) São pressupostos da execução coletiva: o título executivo, o inadimplemento da obrigação e o estado de insolvência do devedor.
- b) A insolvência ocorre quando as dívidas ultrapassam o valor dos bens do devedor, não podendo ser a mesma presumida.
- c) A insolvência civil do devedor, decretada através de sentença declaratória constitutiva, produz: o vencimento antecipado das dívidas; a arrecadação de todos os bens suscetíveis de penhora, quer os atuais, quer os adquiridos no curso do processo; a execução por concurso universal de credores; perda do direito de administrar os bens até a liquidação total da massa.
- d) De acordo com entendimento jurisprudencial dominante, a inexistência de bens suscetíveis de arrecadação não afasta o direito do credor de ver declarada a insolvência do devedor.
- e) A massa dos bens do devedor insolvente ficará sob a custódia e responsabilidade de um administrador, que a representará em juízo, ativa e passivamente.

70. De acordo com as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

- I- Somente a parte poderá, ao arrazoar o recurso ou em petição avulsa, requerer, fundamentadamente, a formação do incidente de uniformização de jurisprudência.
 - II- O julgamento do incidente será objeto de súmula e constituirá precedente na uniformização da jurisprudência, devendo ser tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram o tribunal.
 - III- Para alguns, a correição parcial trata-se de um recurso, mesmo não constando da relação de recursos admissíveis no processo, uma vez que pode acarretar a reforma ou a cassação do ato judicial atacado.
 - IV- Cabe reclamação correicional para garantir a boa ordem processual, mesmo existindo recurso próprio para atacar o ato impugnado.
 - V- São pressupostos da correição parcial: competência de quem a exerce; legitimidade para requerer; e que esteja dentro do prazo estabelecido nos regimentos internos dos tribunais.
- a) Todas as alternativas estão corretas.
 - b) Apenas as alternativas II e V estão corretas.
 - c) As alternativas I e IV estão erradas.
 - d) As alternativas IV e V estão corretas.
 - e) Todas as alternativas estão erradas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

71. Marque a alternativa correta:

- a) Podemos dizer em matéria de recurso trabalhista que *duplo grau de jurisdição* e *duplo exame* significam a mesma coisa.
- b) São recursos previstos na legislação processual trabalhista: o recurso ordinário; o recurso de revista; os embargos para o Pleno no TST; o agravo de petição; o agravo de instrumento; o agravo regimental; os embargos de declaração e o recurso extraordinário.
- c) O recurso ordinário deve ser interposto para a instância superior, no prazo de oito dias, das decisões definitivas das varas e juízos, bem como das decisões dos tribunais regionais, em processos de sua competência originária, apenas nos dissídios individuais.
- d) A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal não prejudicará a execução do julgado.
- e) Os recursos possuem efeitos devolutivo e suspensivo, sendo que, de modo geral, os recursos no processo trabalhista possuem efeito meramente devolutivo, permitida a execução definitiva.

72. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe recurso ordinário de decisão que extingue o processo, sem julgamento do mérito, por inépcia da inicial, por ausência de pressuposto processual e por ausência das condições da ação.

- b) Cabe agravo de petição das decisões nas execuções, o qual só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, sendo permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
- c) No processo trabalhista o recurso pode ser interposto por simples petição, o que significa dizer, sem fundamentação, mesmo que o recorrente esteja assistido por advogado, sendo esse o entendimento uniforme na doutrina e jurisprudência do país.
- d) Segundo alguns doutrinadores, o pedido de correição não é recurso, mas apenas medida de caráter administrativo visando coibir infrações praticadas pelos juízes contra a boa ordem processual ou funcional.
- e) De acordo com o princípio da uni-recorribilidade, os recursos devem ser utilizados um a um, sucessivamente, enquanto que para o princípio da fungibilidade um recurso substitui o outro, não devendo a parte ser prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

73. Marque a alternativa não correta:

- a) São pressupostos recursos no processo trabalhista: a adequação, o prazo, a regular representação do subscritor do recurso, a realização do depósito recursal e pagamento das custas, a sucumbência, a legitimidade para recorrer.
- b) Os pressupostos recursais, principalmente os objetivos, devem ser analisados, preliminarmente, pelo juízo de origem, que autoriza ou não o seguimento do apelo, obrigando o juízo *ad quem* quando decide pela admissão do recurso.
- c) Na execução, são admitidos os seguintes recursos: agravo de petição, agravo de instrumento, embargos de declaração e reclamação correicional (considerando-se esta como um recurso espúrio).
- d) De acordo com a lei e a jurisprudência, o depósito recursal deve ser efetuado e comprovado dentro do prazo para recorrer, enquanto que o pagamento das custas deve ser realizado no prazo de cinco dias da data da interposição do recurso, devendo ser comprovadas nos autos em igual prazo.
- e) O agravo de instrumento devolve ao tribunal apenas o conhecimento do despacho denegatório recorrido, o que implica dizer que, caso seja dado provimento ao agravo, pode o tribunal não conhecer do recurso, desde que os motivos do não conhecimento sejam diversos daqueles já apreciados no agravo.

74. Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I- De acordo com o sistema instrumental e o *princípio do prejuízo*, consagrados na legislação processual trabalhista, as nulidades só existirão se dos atos apontados como nulos resultar manifesto prejuízo processual às partes, prejudicando o direito de defesa.
- II- Quando o juiz puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, não deve pronunciá-la, nem mandar repetir o ato, ou suprir-lhe a falta.

- III - No processo trabalhista as nulidades só serão declaradas mediante provocação das partes, as quais devem argüi-las na primeira vez em que tiverem que falar em audiência ou nos autos, sob pena de preclusão.
- IV- A nulidade por incompetência de foro a que se refere a CL T é, na verdade, a nulidade por incompetência material, a qual é absoluta e deve ser decretada *ex officio*.
- V- O processo trabalhista consagra o princípio da economia processual quando determina que a nulidade de um ato só prejudicará os posteriores, que dele dependam e sejam conseqüência, permanecendo incólumes os atos praticados anteriormente.
- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
b) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
d) A assertiva IV está incorreta.
e) Todas as assertivas estão corretas.

75. Marque a alternativa incorreta:

- a) Preclusão é a perda da faculdade de praticar determinado ato, em virtude de ter sido ultrapassada a fase processual própria, pelo transcurso de um prazo ou porque o ato já foi validamente praticado.
- b) De acordo com a legislação processual civil, aplicável subsidiariamente ao processo trabalhista, é defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.
- c) A coisa julgada nasce da preclusão, visto que na coisa julgada formal ocorre a preclusão do direito de praticar o ato de recorrer.
- d) Perempção é a perda de direito de ação, pela inércia do titular do direito material, que não o exerce no prazo fixado em lei.
- e) As ações meramente declaratórias são consideradas imprescritíveis, bem como aquelas que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.

76. Aponte a alternativa correta:

- a) Transitada em julgado a decisão condenatória ilíquida, o *quantum debeatur* será apurado através de cálculos, arbitramento ou artigos, sendo que, no caso destes, deverão ser produzidas provas, podendo a sentença liquidanda ser modificada ou inovada.
- b) Realizados os cálculos, as partes serão obrigatoriamente intimadas para manifestarem-se no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
- c) É pacífico na jurisprudência trabalhista que da sentença que julga os artigos de liquidação cabe agravo de petição.
- d) Ocorrendo transação, devidamente homologada, na fase de execução, e não sendo adimplida a obrigação, cabe ao juiz ordenar o prosseguimento da execução da sentença ou acórdão.

- e) As obrigações de fazer ou de não fazer, fixadas em sentença, transformam-se em perdas e danos por força de lei independentemente de decisão expressa nesse sentido, desde que seja requerido pelo credor, ou quando impossível alcançar-se o resultado.

77. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz ou presidente do tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio é competente para a execução, a qual pode ser promovida por qualquer interessado ou *ex officio* pelo próprio juiz ou presidente do tribunal, ou, ainda, pelo Ministério Público, quando se tratar de decisões dos Tribunais Regionais.
- b) Depois de garantido o juízo através da penhora ou depósito, o executado tem o prazo de cinco dias para embargar a execução, cabendo igual prazo ao exequente para impugnar o cálculo, contado da ciência da penhora ou do depósito.
- c) A legislação trabalhista restringe a matéria dos embargos às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, sendo entendimento assente que cabe a discussão também sobre a nulidade de citação no processo de conhecimento, quando ocorreu a revelia e o réu não foi notificado da sentença.
- d) Segundo a melhor doutrina, os embargos à execução são considerados ação de cognição incidental de caráter constitutivo, que pretende extinguir o processo ou desconstituir a eficácia do título executivo.
- e) A execução provisória estender-se-á até a penhora, entendendo-se, porém, por penhora o ato judicial de apreensão livre de dúvidas ou vícios, após o julgamento dos embargos que visam à declaração de sua subsistência.

78. De acordo com as afirmações abaixo, aponte a alternativa correta:

- I- Os embargos de terceiro devem ser interpostos por quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens, por ato de apreensão judicial. Quando alguém tiver seu nome incluído na execução, por equívoco ou não, deve interpor embargos do executado.
- II- No processo trabalhista, apesar dos embargos de terceiro constituírem-se em verdadeira ação, o recurso que cabe da decisão proferida é o agravo de petição e não o recurso ordinário, face sua natureza incidental e acessória.
- III- Os bens dos sócios respondem pelas dívidas das sociedades que integram, desde que isso esteja previsto em lei, como é o caso dos sócios-gerentes e dos que derem nome à firma, que respondem para com a sociedade solidária e ilimitadamente, por excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do contrato ou da lei.
- IV- Havendo vários credores por débitos trabalhistas contra apenas um devedor insolvente, deve ser obedecida a anterioridade da penhora, não sendo lícito proceder-se ao rateio dos valores apurados na execução, proporcionalmente aos créditos.
- V - Os embargos à adjudicação e à arrematação não podem ser interpostos após a assinatura do auto de adjudicação ou de arrematação.

- a) Todas as afirmações estão certas.
- b) Apenas as afirmações I e V estão certas.
- c) Apenas as afirmações I, II e III estão certas.
- d) Apenas as afirmações II, III e IV estão certas.
- e) Apenas as afirmações I, IV e V estão certas.

79. Assinale a alternativa correta, face as assertivas abaixo:

- I- A ação rescisória deve ser proposta perante o Tribunal Superior do Trabalho quando a decisão houver sido proferida pelo mesmo, inclusive quando essa decisão concluir pelo não conhecimento do recurso.
- II- A ação rescisória não suspende a execução do julgado rescindendo.
- III- Da decisão dos Tribunais Regionais do Trabalho, em ação rescisória, cabe recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho.
- IV- O prazo para defesa na ação rescisória não pode ultrapassar 15 (quinze) dias.
- V- O prazo para propositura da ação rescisória é de dois anos, após o que prescreve o direito de ação.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) As assertivas I, III, IV e V estão erradas.

80. Marque a alternativa errada:

- a) A ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho ocorre principalmente para extinguir a obrigação pecuniária do empregador para com o empregado, afastando a mora e seus efeitos.
- b) A sentença prolatada na ação de consignação em pagamento que acolher o pedido, julgará subsistente o depósito e efetuado o pagamento.
- c) É pressuposto, para a propositura da ação de consignação em pagamento, que antes o devedor faça o depósito da quantia devida em estabelecimento bancário oficial, em conta com correção monetária, cientificando o credor por carta com aviso de recepção, designando o prazo de dez dias para manifestação de recusa.
- d) Ocorrendo a recusa, manifestada por escrito ao estabelecimento bancário, o devedor tem o prazo de trinta dias para a propositura da ação de consignação em pagamento, sob pena de perder efeito o depósito.
- e) Na ação de consignação em pagamento, que é de cognição restrita, a discussão deve limitar-se às alegações de que não houve recusa ou mora em receber a quantia ou coisa devida; que foi justa a recusa; que o depósito não se efetuou no prazo e no lugar do pagamento; que o depósito não é integral.

DIREITO INTERNACIONAL

81. Assinale a alternativa correta:

- a) O princípio de proteção ao trabalhador nacional é determinante para fixação da competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar litígios envolvendo nacionais e entes de direito público externo.
- b) A competência para processar e julgar dissídios envolvendo trabalhadores nacionais e missões estrangeiras acreditadas em nosso país é da Justiça Federal.
- c) As organizações internacionais, verdadeiras associações criadas pelos Estados, gozam da imunidade de execução por serem extensões dos Estados.
- d) A Justiça do Trabalho não é competente para julgar questões envolvendo trabalhadores nacionais que prestam serviços no exterior a empresas nacionais.
- e) O agente diplomático é obrigado a prestar depoimento como testemunha.

DIREITO CONSTITUCIONAL

82. Para discussão e votação de emenda constitucional, há necessidade do seguinte "quorum":

- a) 2/5 dos votos dos membros da Câmara dos Deputados e 3/5 dos votos dos membros do Senado, em dois turnos de votação.
- b) 3/5 dos votos dos membros da Câmara dos Deputados e 2/5 dos votos dos membros do Senado, em dois turnos de votação.
- c) 3/5 dos votos dos membros da Câmara dos Deputados e 3/5 dos votos dos membros do Senado, em dois turnos de votação.
- d) 3/5 dos votos dos membros da Câmara dos Deputados e 3/5 dos votos dos membros do Senado, em sessão única do Congresso Nacional.
- e) 2/5 dos votos dos membros da Câmara dos Deputados e 2/5 dos votos dos membros do Senado, em dois turnos de votação.

83. Em relação à acumulação de cargos públicos, é correto dizer que:

- I- é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; a de dois cargos privativos de médico.
- II- a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- III- é vedada ao magistrado aposentado a acumulação dos proventos da aposentadoria com vencimentos relativos a um cargo de professor.
- IV - é permitida a acumulação remunerada de um cargo técnico com um cargo de professor, independentemente da correlação de matérias e compatibilidade de horários.

- a) As alternativas I e II estão corretas.
- b) As alternativas II e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II e III estão corretas.
- d) As alternativas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

84. Assinale a alternativa correta:

I- A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata a Constituição no artigo 39, § 4º, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

II- Far-se-á sempre na mesma data a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores civis e militares.

III- A garantia de irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos, nos termos da Constituição, não afasta a possibilidade de lei complementar vir a reduzir vencimentos em caso de calamidade pública.

IV- O servidor estável pode ser demitido por processo administrativo em que lhe seja assegurada-ampla defesa.

- a) As alternativas I e II estão corretas.
- b) As alternativas II e IV estão corretas.
- c) As alternativas I e III estão corretas.
- d) As alternativas I e IV estão corretas.
- e) As alternativas III e IV estão corretas.

85. Assinale a alternativa correta:

I- A rejeição de medida provisória implicará a perda da sua eficácia desde a edição.

II- Através de emenda constitucional não podem ser abolidos os direitos e garantias individuais.

III- Salvo disposição em contrário, as deliberações do Senado Federal e da Câmara dos Deputados serão tomadas pela maioria dos votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.

IV- A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

- a) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

86. Considerando as vedações contidas no Capítulo das Finanças Públicas quanto à utilização dos orçamentos, assinale a alternativa correta:

- a) É vedado promover-se a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra com autorização legislativa prévia.
- b) É legal vincular-se a receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, na hipótese de destinar essa verba para manutenção e desenvolvimento do ensino.
- c) É legal abrir-se crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- d) É legal a utilização de recursos do orçamento de seguridade social para suprir necessidade de sociedade de economia mista.
- e) É vedado a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que estejam compatíveis com a lei orçamentária anual.

DIREITO ADMINISTRATIVO

87. Em relação aos poderes da Administração, é correto afirmar que:

- a) o Poder de Polícia é exercido, exclusivamente, pelo Poder Executivo e consiste em impor limitações ao exercício de direitos individuais em benefício do interesse público.
- b) o Poder de Polícia é exercido pelo Estado, somente, na esfera administrativa.
- c) o exercício do Poder de Polícia se opera, unicamente, através de atos normativos.
- d) as características do Poder de Polícia são a discricionariedade, auto-executoriedade e coercibilidade.
- e) sendo o exercício de uma atividade estatal que objetiva limitar o exercício de direitos individuais em benefício da segurança, o Poder de Polícia não possui limites.

88. Assinale a alternativa incorreta:

- a) As margens dos rios navegáveis, objeto de concessão pelo poder público, são de propriedade particular.
- b) Os terrenos de marinha podem ser, dependendo do local onde estão localizados, de propriedade da União, dos Estados ou dos Municípios.
- c) As terras habitadas pelos índios são aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- d) As terras públicas integram a categoria dos bens dominicais.
- e) São bens da União as ilhas fluviais e lacustres situadas nas zonas limítrofes com outros países, bem como as ilhas oceânicas e as costeiras que não estiverem no *domínio* dos Estados.

89. Assinale a alternativa correta:

- I- O erro judiciário penal propicia a indenização por danos materiais e morais ao cidadão que foi injustamente condenado.
- II- A tutela jurisdicional tardia torna o Estado responsável pelos danos causados, haja ou não dolo ou culpa do juiz.
- III- O desempenho inconstitucional da função de legislador, ainda que provado dano ao particular, impossibilita a responsabilização civil do Estado.
- IV- A falta de aparelhamento do Poder Judiciário não pode ser tida como causa à responsabilização civil do Estado.

- a) As alternativas I e IV estão incorretas.
- b) As alternativas II e III estão incorretas.
- c) As alternativas I e III estão incorretas.
- d) As alternativas II e IV estão incorretas.
- e) As alternativas III e IV estão incorretas.

90. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A imprescritibilidade e impenhorabilidade são atributos dos bens públicos, decorrendo o primeiro da inalienabilidade originária destes e o segundo da impossibilidade de recair ato de constrição judicial sobre os mesmos.
- b) os bens dominicais não podem ser penhorados, ainda que para cumprimento dos precatórios requisitórios, na forma do que dispõe o art. 100 da Constituição Federal vigente, mesmo que haja autorização prévia, através de lei orçamentária.
- c) A Administração Pública, espontaneamente ou mediante provocação, pode anular seus próprios atos em virtude de ilegalidade ou ilegitimidade, ou revogá-los, por não mais lhe convir a sua existência.
- d) A razoabilidade é princípio constitucional de direito administrativo que impede, no exercício da discricionariedade administrativa, condutas insensatas.
- e) Os meios judiciais de controle da legalidade dos atos administrativos são o mandado de segurança, a ação popular e a ação civil pública.

91. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração da atividade econômica, sob a forma de sociedade autônoma, cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, a pessoa jurídica de Direito Público Interno ou a entidade da Administração indireta.
- b) Fundação Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos de pessoa jurídica de Direito Público Interno e de outras fontes. Adquire personalidade jurídica com a simples publicação da lei autorizativa de criação.

- c) Autarquia é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira centralizada.
- d) Empresa Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa.
- e) O Tribunal de Contas aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, nas administrações direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para provimento de cargos em comissão.

DIREITO PENAL

92. José ocupava, em Cartório Judicial, ainda não oficializado, o cargo de escrivão. Nessa condição passou a locupletar-se de dinheiro recolhido a título de emolumentos do Estado, ou seja, deixando de levá-los aos cofres públicos. Qual o crime em que se envolveu?

- a) Peculato.
- b) Estelionato.
- c) Dano material.
- d) Apropriação indébita.
- e) Furto.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

93. Assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Nacional de Seguridade Social tem a composição de 17 (dezesete) membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Presidente da República.
- b) A contribuição do empregador rural pessoa física e do segurado especial é de 20% das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados que lhes prestem serviços.
- c) Os representantes dos trabalhadores, dos empresários e respectivos suplentes que compõem o Conselho Nacional de Seguridade Social, têm mandato de três anos, permitida uma recondução.
- d) É segurado facultativo da Previdência Social a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo -, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
- e) A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, é de 5% da receita bruta, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo o território nacional.

94. Assinale a alternativa correta:

- a) A Previdência Social tem como objetivo prover o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição.
- b) O limite máximo do salário de contribuição do menor aprendiz corresponde à sua remuneração mínima definida em lei.
- c) O limite mínimo do salário de contribuição corresponde ao piso salarial, legal ou normativo, da categoria ou, inexistindo este, ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado, e o tempo de trabalho efetivo durante o mês.
- d) A indenização recebida a título de incentivo à demissão integra o salário de contribuição para os fins de desconto à Previdência.
- e) O valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, integra o salário de contribuição para os fins de desconto à Previdência.

DIREITO CIVIL

95. Marque a alternativa certa.

Com referência à prescrição, é correto afirmar que:

I- pode ser alegada em qualquer instância, pela parte a quem aproveita.

II- não corre contra ausentes do Brasil em serviço público da União, dos Estados e dos Municípios.

III- não se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor por juiz incompetente.

IV - a iniciada contra uma pessoa continua a correr contra seu herdeiro.

V - é de um ano a relativa a ação dos médicos, cirurgiões ou farmacêuticos, por suas visitas, operações ou medicamentos; contado o prazo da data do último serviço prestado.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) A única alternativa errada é a III.
- c) Somente as alternativas I e V estão corretas.
- d) A alternativa IV é a única certa.
- e) Estão erradas as alternativas II e III.

96. Assinale a alternativa correta:

I- Verificado ser nociva a manutenção de uma fundação, o patrimônio será sempre incorporado em outras fundações, que se proponham a fins iguais ou semelhantes.

II- O credor de coisa certa pode ser obrigado a receber outra, desde que mais valiosa.

III- Na obrigação de fazer, o credor é obrigado a aceitar de terceiro a prestação, se este assume o compromisso de proceder de forma idêntica a do devedor.

IV- Nas obrigações alternativas a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

V- Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, o credor é obrigado a receber em partes.

- a) Apenas as alternativas II e V estão corretas.
- b) Somente a alternativa I é falsa.
- c) Somente as alternativas III e V estão incorretas.
- d) Todas as alternativas estão erradas.
- e) Apenas a alternativa IV está certa.

97. Assinale a alternativa correta:

I- Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

II - A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos co-credores ou co-devedores, e condicional ou a prazo, para o outro.

III- O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.

IV- Qualquer interessado na .extinção da dívida pode pagá-la.

V- Nas obrigações provenientes de delito, considera-se o devedor em mora desde a data em que ocorreu o trânsito em julgado da sentença condenatória.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) As alternativas II, III, e V estão corretas.
- c) Somente a alternativa I é falsa.
- d) As alternativas II e IV são falsas.
- e) Somente a alternativa V está errada.

98. Assinale a alternativa certa:

I- A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independente de consentimento deste.

II- Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a uma pessoa presente, não foi imediatamente aceita.

III- As arras, dadas por um dos contraentes, firma a presunção de acordo final.

IV- Denomina-se policitante o emitente da declaração inicial que visa a suscitar o contrato.

V - A ordem pública e os bons costumes constituem duas limitações de caráter geral à liberdade de contratar, que é um dos princípios sobre os quais repousa o direito dos contratos.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas as alternativas III e V estão certas.
- c) A alternativa IV é a única certa.
- d) A alternativa V é falsa.
- e) As alternativas I e II são falsas.

DIREITO COMERCIAL

99. A classificação dos créditos na falência é matéria de ordem pública, podendo-se afirmar que:

- a) os créditos resultantes de indenização por acidentes do trabalho preferem aos por salários.
- b) os créditos com direitos reais de garantia preferem aos trabalhistas.
- c) os créditos por dívidas da massa preferem aos com privilégio geral.
- d) os créditos quirografários preferem aos por encargos da massa.
- e) os créditos com privilégio especial sobre determinados bens preferem aos créditos com direitos reais de garantia.

100. No Direito brasileiro, a falência:

- I- é instituto reservado ao devedor comerciante que se encontra registrado como tal.
 - II- não incide sobre as sociedades cooperativas, nem sobre as sociedades de economia mista.
 - III- tem juízo uno e universal, sendo pacífica a jurisprudência quanto à inclusão dos credores trabalhistas.
 - IV- pode ter seu termo legal retrotraído por até 60 (sessenta) dias, contados do primeiro protesto por falta de pagamento.
- a) Somente a alternativa I está correta.
 - b) As alternativas II e III estão corretas.
 - c) As alternativas II e IV estão corretas.
 - d) As alternativas I e II estão corretas.
 - e) Todas as alternativas estão corretas.